

## REABILITAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR: O USO DA TECNOLOGIA ASSISTIVA COMO RECURSO FACILITADOR DA APRENDIZAGEM

Fernanda Ferreira dos Santos

Karina Vieira dos Reis

Larisse Junqueira Mendes de Carvalho

**RESUMO:** A inclusão escolar de alunos com deficiência está se fortalecendo por meio das políticas públicas e timidamente sendo postas em prática nas escolas regulares. A Tecnologia Assistiva por ter uma característica interdisciplinar, engloba variados recursos que conseguem promover a funcionalidade do aluno nas atividades escolares como em casos de pacientes com disfunções neuromotoras. O presente estudo buscou observar o trabalho em rede entre instituição de reabilitação e escola no processo de inclusão escolar do deficiente assistido na Associação dos Deficientes Físicos de Poços de Caldas, Minas Gerais. A pesquisa é de base qualitativa e contou com oito crianças e adolescentes, que frequentam a escola regular e a Instituição no contraturno, a pesquisa aconteceu entre os meses de fevereiro a dezembro de 2017. O setor de pedagogia trabalhou com três vertentes principais: a estimulação cognitiva, as dificuldades de aprendizagem e a inclusão escolar, de modo a contemplar as necessidades de todos mediante as singularidades apresentadas durante as intervenções pedagógicas e no apoio da equipe multidisciplinar nas assessorias escolares. Diante da pesquisa realizada foi possível observar que o processo de inclusão escolar obteve maiores resultados a partir das assessorias escolares que foram prestadas pela equipe multidisciplinar da instituição, bem como os atendimentos psicopedagógicos realizados. É importante refletir sobre o ensinar e o aprender, assim como propor diferentes intervenções que levam o aluno a atingir a aprendizagem. A criação de metas, ações e o uso de recursos de tecnologia assistiva fazem com que o aluno com deficiência receba as oportunidades necessárias para que de fato aprenda nas suas singularidades.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inclusão Escolar. Tecnologia Assistiva. Centro de Reabilitação. Deficiência.

**ABSTRACT:** The school inclusion of students with disabilities is being strengthened through public policies and timidly being put into practice in regular schools. The Assistive Technology has an interdisciplinary feature, it includes several resources that can promote the functionality of the student in school activities as in cases of patients with neuromotor dysfunctions. The present study aimed to describe the networked work between rehabilitation institution and school in the process of school inclusion of the handicapped in Poços de Caldas, Minas Gerais. The research is qualitative and counting on eight children and adolescents, who attend the regular school and the Institution in the contraturno, the research happened between the months of February to December of 2017. The pedagogy sector worked with three main strands: Cognitive stimulation, learning difficulties and school inclusion, in order to contemplate the needs of all through the singularities presented during the pedagogical interventions and in the support of the multidisciplinary team in school advisory services. In view of the research carried out, it was possible to observe that the process of school inclusion obtained greater results from the school advisory services provided by the institution's multidisciplinary team, as well as the psychopedagogical attendance. It is important to reflect on teaching and learning, as well as to propose different interventions that lead the student to achieve learning.

The creation of goals, actions and the use of assistive technology resources allow the disabled student to receive the necessary opportunities to actually learn in their singularities.

**KEY-WORDS:** School Inclusion. Assistive Technology. Rehab center. Deficiency.

## INTRODUÇÃO

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 abordou Políticas Públicas da Educação Inclusiva. O art. 205 afirma que “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família”, Brasil (1988).

No que se refere às políticas públicas brasileiras, Laplane (2016), afirma que, a partir da Constituição de 1988, as políticas a favor da Educação Inclusiva foram se fortalecendo e somente na década seguinte, em 1996, é que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) definiu a Educação Especial como educação escolar e reafirmou o provimento preferencial na rede regular (art. 58), além de prescrever a oferta de serviços de apoio especializado na própria escola.

O processo de inclusão de alunos deficientes tem sido amplamente discutido desde a década de 90. A nova proposta de Educação Inclusiva, deflagrada pela Declaração de Salamanca, proclamou entre outros princípios o direito de todos à educação, independente das diferenças individuais. Também propôs que todas as pessoas com deficiência sejam matriculadas na escola regular, baseando-se no princípio de escola para todos.

As políticas de inclusão educacional foram estimuladas com a implantação da Lei n. 9.394/96 - LDB, fazendo com que a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais se torne obrigação do Estado.

Recentemente, o Brasil aprovou a Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015, instituindo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) de modo a assegurar e promover o exercício dos direitos e liberdades fundamentais desses indivíduos, representando um avanço no que diz respeito à inclusão de pessoas com deficiências na sociedade.

No art. 27, Capítulo IV da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) (2015), prevê que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais,

segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015).

Para Fación (2008), a inclusão educacional deve valorizar as diferenças sociais, culturais, físicas e emocionais, atendendo as necessidades educacionais de cada criança. Trata-se de um desafio pedagógico que requer consciência social, política e atitude ética.

Para que as pessoas com deficiência sejam incluídas na rede regular de ensino é necessária a construção de uma sociedade inclusiva que reconheça e valorize a diversidade e ofereça um sistema de ensino de qualidade a todos os alunos respeitando suas diferenças.

A escola, para que possa ser considerada um espaço inclusivo, precisa abandonar a condição de instituição burocrática, apenas cumpridora das normas estabelecidas pelos níveis centrais. Para tal, deve transformar-se num espaço de decisão, ajustando-se ao seu contexto real e respondendo aos desafios que se apresentam.

A educação de alunos com deficiência no ensino regular tem deixado no Brasil algumas lacunas, sabemos que as políticas públicas estão tomando forma a cada dia por meio de decretos, documentos, entre outros, porém ainda são frágeis na prática, o que tem sido feito em relação à inclusão desses alunos no sistema comum de ensino, constitui, geralmente, em experiências isoladas.

A inclusão de alunos com deficiência no sistema comum de ensino requer não apenas a aceitação da diversidade humana, mas implica em transformação significativa de atitudes e posturas, principalmente em relação à prática pedagógica, à modificação do sistema de ensino e à organização das escolas para que se ajustem às especificidades de todos os educandos. Ou seja, o processo de aprendizagem desses alunos requer modificações. Para isso, faz-se necessária uma análise crítica das relações inter e intra pessoais vividas na escola, modificações espaço temporais, didático pedagógicas e organizacionais, que garantam a promoção da aprendizagem e a adaptação desses alunos ao grupo.

Segundo Godoi, Silva, Frosch e Miosso (2007), educação inclusiva é aquela que propõe uma escola de qualidade para todos e, dependendo da maneira como a inclusão é vista ou realizada, ela acaba por excluir.

De acordo com Ramos (2010), temos como base para a inclusão alguns princípios, sendo eles: ter como filosofia da educação a base teórica construtivista

que considera as diferenças na aprendizagem dos indivíduos; conscientizar a comunidade de que a pessoa com deficiência não vai atrapalhar a aprendizagem dos outros, mas sim ajudá-los a vivenciar uma nova experiência como ser humano solidário; ter uma equipe de professores e funcionários preparada para lidar com situações inusitadas, como um aluno que necessite de ajuda para usar o banheiro ou que prefira estar a maior parte do tempo fora da sala de aula; matricular os alunos que apresentam deficiência nas classes correspondentes a sua idade cronológica, para que construam, ainda que com defasagem intelectual, uma idade social; não priorizar a aprendizagem dos conteúdos educacionais em detrimento da aprendizagem de vida; elaborar o plano didático não mais mediante parâmetros preestabelecidos, mas levando em conta a realidade dos alunos; avaliar a aprendizagem considerando o potencial do aluno e não as exigências do sistema escolar; em casos muito extremos, como alta agressividade ou passividade absoluta, aconselhar os pais a buscar ajuda médica; não ter medo de, muitas vezes, aliar a intuição aos conhecimentos de natureza psicopedagógicas.

A inclusão, basicamente, propõe que todos os indivíduos devem interagir em todas as situações, beneficiando-se do mesmo momento de aprendizagem, mas respeitando suas necessidades e particularidades. Para Godoi, Silva, Frosch e Miosso (2007, p. 909) “Incluir não é somente delegar à criança um espaço físico em sala de aula, é propor ao aluno atividades significativas capazes de promover seu desenvolvimento e remover as barreiras a seu acesso e participação na aprendizagem e na sociedade”.

A ênfase no potencial do aluno é a questão mais complexa, a que gera mais dúvidas em professores que têm alunos com deficiência. A proposta pedagógica, numa visão construtivista do conhecimento, tem no aluno e nas suas possibilidades o centro da ação educativa. Assim, o processo pedagógico é construído a partir das possibilidades, das potencialidades, daquilo que o aluno já consegue fazer. É isso que o motiva a trabalhar, a continuar se envolvendo nas atividades escolares, garantindo, assim, o sucesso do aluno e sua aprendizagem.

Sem que a escola conheça seus alunos e os que estão à margem dela, não será possível elaborar um currículo escolar que reflita o meio social e cultural em que se insere. A integração entre as áreas do conhecimento e a concepção transversal das novas propostas de organização curricular transformam as

disciplinas acadêmicas em meios e não em fins da educação escolar. Segundo Ramos<sup>6</sup> as propostas curriculares diferenciadas reconhecem e valorizam os alunos e suas peculiaridades e partem de sua realidade de vida, de suas experiências, de seus saberes, fazeres e vão sendo tramadas em redes de conhecimento que superam a tão decantada sistematização do saber.

As adaptações curriculares estão garantidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional N° 9.394/96 e pelas Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica, Brasil (2001), orienta adaptações em três níveis: no projeto político-pedagógico da escola elaborado pela comunidade escolar; no currículo (objetivos, conteúdos, atividades, avaliação, metodologia) com a participação de todos os envolvidos e no nível individual, com a participação da família na elaboração do plano educacional individual.

Segundo Carvalho (1999), as adaptações de acesso ao currículo são de responsabilidade da escola, e envolvem: mobiliário adequado (mesas, cadeiras, triângulo para atividades no solo, equipamentos para atividades em pé e locomoção independente); equipamentos específicos e tecnologia assistiva; sistemas alternativos e ampliados de comunicação; adaptação do espaço e eliminação de barreiras arquitetônicas, ambientais, playground; recursos materiais e didáticos adaptados; recursos humanos especializados ou de apoio; situações diversificadas de aprendizagem e apoio para participação em todas as atividades pedagógicas e recreativas e adaptações de atividades, jogos e brincadeiras.

Inserir os alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino constitui o primeiro passo para a jornada da inclusão, devendo ser seguido de medidas pedagógicas que garantam o acesso à aprendizagem e ao conhecimento proposto na vigência escolar. Trazido na prática, é preciso acionar os meios que efetivamente possibilitem a permanência do aluno na escola, favorecendo-lhe o acesso ao currículo. (Carvalho, 1999, p. 51).

Diniz, Barbosa e Santos (2009), falam sobre uma concepção de deficiência que enfatizam as limitações do corpo no ambiente e não como um fator biomédico. Assim, os alunos inseridos nas escolas devem ser vistos na sua integralidade. Reis (2003) afirma que,

As crianças com deficiências, apesar das limitações que possuem, têm potencialidades, capacidades e habilidades que, estimuladas adequadamente, podem trazer benefícios para si mesmas e para a sociedade em que convivem, permitindo-lhes revelar um universo criativo e inovador que, de outro modo, poderia ser reprimido ou mesmo neutralizado (Reis, 2003, p. 25)

Quando pensamos no desenvolvimento cognitivo das crianças com

deficiência surgem inúmeras inquietudes, é questionado principalmente se essas crianças tem condições para aprender. Os atrasos ou até mesmo as dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos alunos se dão na maioria das vezes pela falta de experiência que se teve quando criança, já que a aprendizagem se dá pela experimentação corporal.

Para Basil (2004),

As experiências sensório-motoras das crianças são muito limitadas e, seja como for, diferentes daquelas das outras crianças, visto que elas têm dificuldades de manipular, controlar e explorar livremente o ambiente físico em que se encontram imersas. Isso pode constituir um sério impedimento para o desenvolvimento da inteligência sensório-motora e, conseqüentemente, para o desenvolvimento posterior do raciocínio operatório e formal. (Basil, 2004, p.222).

A inserção da criança com deficiência na educação infantil se faz tão importante devido às experimentações que ocorrem nessa fase escolar. O reconhecimento do corpo e do espaço ao seu redor favorecerá uma aprendizagem de maior qualidade.

Diante da entrada desses alunos na escola, seja na educação infantil, ensino fundamental, médio, técnico ou superior, sabe-se que surgirão limitações, o que tende a se tornar barreiras no aprendizado. Uma maneira de neutralizar essas barreiras e para possibilitar o acesso de pessoas com deficiência na escola regular faz-se necessário o uso de tecnologias assistivas (TA), que tem como objetivo promover a funcionalidade de alunos na realização de atividades escolares, viabilizando seu acesso ao conhecimento.

Define-se Tecnologia Assistiva como:

(...) uma área do conhecimento, de características interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada a atividade e participação de pessoas com deficiência, incapazes ou com mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (Brasil, 2001).

Os recursos de TA vão desde um engrossador de lápis, classificado como baixa tecnologia, até computadores com programas, mouse, teclado e acionadores específicos, classificado como alta tecnologia.

Outra dificuldade apresentada pelo indivíduo com deficiência pode estar relacionada com a comunicação. As pessoas que possuem dificuldades funcionais de fala e escrita necessitam adotar recursos de comunicação suplementar alternativa (CSA), que tem como objetivo trazer alternativas para a fala de difícil

compreensão ou inexistente por meio de pranchas de comunicação e vocalizadores portáteis. Para Santos, Sauron, Rizo e Hasui (2007) as pranchas de comunicação são superfícies nas quais podem ser colocados símbolos gráficos, fotos, alfabeto, palavras ou frases que venham a auxiliar a comunicação do paciente. As pranchas são individuais e podem ser elaboradas em diversos materiais, formatos e tamanhos.

Basil define a comunicação suplementar alternativa como:

Os sistemas aumentativos e alternativos, de comunicação são todos aqueles recursos, naturais ou desenvolvidos com fins educacionais e terapêuticos, que envolvem mecanismos de expressão distintos da palavra articulada. Em alguns casos, as mensagens são transmitidas em forma de fala, mediante mecanismo de voz sintetizada, mas quase sempre consistem em gestos ou sinais manuais ou gráficos, sejam pictóricos ou textos (Basil, 2004, p 226.).

No centro de reabilitação da Adefip os profissionais são responsáveis e habilitados para avaliar os recursos de TA necessários para a construção da autonomia, aprendizado, desenvolvimento e inclusão de cada paciente. A avaliação deve começar com uma análise detalhada e uma escuta aprofundada das necessidades do paciente, para a partir daí, optar pelos recursos que respondam a melhor adaptação a ser utilizada. A partir dessa avaliação, quando possível, os materiais são confeccionados na instituição e depois inseridos em todos os meios sociais que o indivíduo frequenta, inclusive na escola.

## 2. METODOLOGIA

A pesquisa objetivou observar o processo de inclusão escolar a partir das assessorias escolares que foram prestadas pela equipe multidisciplinar da instituição, bem como os atendimentos psicopedagógicos e uso de tecnologia assistiva para a permanência da criança com deficiência física na escola.

Deste ponto, a pesquisa pode ser definida como qualitativa. Para Turato (2003), quando o pesquisador vai a campo fazer uma pesquisa qualitativa ele não se atém ao que já está pré-estabelecido, mas sim aquilo que pode ser descoberto através das suas relações com os sujeitos, lembrando que esses dados serão sempre captados no ambiente natural do pesquisado, que, de acordo com este autor se dá por:

[...] melhor compreender o comportamento e a experiência humanos. Eles procuram entender o processo pelo qual as pessoas constroem significados e descrevem o que são aqueles significados. Usam observação empírica porque é com os eventos concretos do comportamento humano que os investigadores podem pensar mais clara e profundamente sobre a condição humana (Turato, 2003, p. 191).

A pesquisa qualitativa permite ao pesquisador conhecer não só os resultados de suas perguntas e hipóteses, mas também de entender como aquilo se deu, durante todo o processo de formação dos sujeitos, através dos relatos, vivências e experiências que acabam sendo relatadas e percebidas durante todo o tempo de pesquisa.

A pesquisa foi realizada na Associação dos Deficientes Físicos de Poços de Caldas (ADEFIP) – MG. Fundada em 05 de junho de 1987, a ADEFIP é uma entidade sem fins lucrativos que atualmente atende 180 pacientes totalizando 4.000 atendimentos mês.

O Centro de Reabilitação da ADEFIP é constituído por uma equipe multidisciplinar qualificada e capacitada para atender o deficiente com disfunção neuromotora. A associação conta com profissionais capacitados e especializados para atender as necessidades de cada paciente, entre eles: Médico Fisiatra, Médico Neuropediatra, Fisioterapeuta, Assistência social, Terapeuta ocupacional, Enfermeiro, Psicólogo, Pedagogo, Fonoaudiólogo, Educador físico e Nutricionista.

O Centro de Inclusão Escolar, atualmente atende cerca de 95% dos pacientes da ADEFIP. Visando a melhoria do desempenho do paciente como aluno, são utilizados recursos pedagógicos e psicopedagógicos, voltados para análise e observação de desempenho dos pacientes. Também são utilizados aparelhos eletrônicos e uso de tecnologia assistiva quando necessário.

O número de sujeitos da pesquisa é de 8 crianças e adolescentes, com idades que variam de 2 anos à 17 anos e 12 meses de idade. Que frequentam a escola regular, matriculadas na Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II ou no Ensino Médio, que são atendidas no contra turno escolar na instituição, de uma a duas vezes na semana, de acordo com a demanda.

A coleta de dados constituiu-se com avaliações e intervenções feitas de fevereiro a dezembro de 2017. Os atendimentos aconteceram no centro de reabilitação e inclusão escolar. Com salas divididas por setor, sendo a pedagogia o norte de toda pesquisa.



Por meio das assessorias escolares, o setor de pedagogia juntamente com a equipe multidisciplinar, contribuíram para que as adequações acontecessem nas escolas, por meio de orientações aos professores e aos alunos, quanto ao posicionamento adequado, patologias clínicas, adaptações de mobiliários, materiais escolares, formas de alimentação, uso da comunicação alternativa, educação física adaptada entre outros, que efetivaram o diálogo entre profissionais da saúde e educação.

### **3. DESENVOLVIMENTO**

O atendimento no setor de pedagogia inicia-se por volta de um ano e seis meses como forma de prevenção e estimulação precoce. Com o olhar no desenvolvimento global, nos aspectos motor; cognitivo; sensorial; social; emocional e estimulando e respeitando o seu ritmo de aprendizado, adaptamos atividades pedagógicas a fim de valorizar o potencial do paciente e minimizar suas dificuldades. Os atendimentos são realizados individualmente, em dupla, em grupos ou em terapia combinada. Cada sessão tem a duração de 40 minutos.

Como protocolo inicial, realizamos a anamnese, que acontece a partir do encaminhamento médico ou de outros profissionais clínicos da instituição. Esse protocolo é realizado com o responsável pelo paciente e é a primeira etapa da avaliação para possível enquadramento no setor. Após a anamnese é realizada avaliações de acordo com a idade e as demandas do paciente. Tais como: Entrevista operativa centrada na aprendizagem (EOCA): Primeira avaliação realizada com a criança ou adolescente e tem como objetivo investigar suas habilidades, dificuldades e os vínculos que elas possuem com os conteúdos escolares. São feitas provas operatórias que oferecem condições de conhecer o funcionamento e desenvolvimento das funções lógicas do sujeito, sua aplicação nos permite investigar o nível cognitivo em que a criança se encontra e se há defasagem em relação à sua idade cronológica. O Teste de Desempenho Escolar busca oferecer de forma objetiva uma avaliação das capacidades fundamentais para o desempenho escolar, mais especificamente da escrita, aritmética e leitura. O Protocolo de avaliação pedagógica I atende crianças com idade a partir de um ano e seis meses a três anos e onze meses. O protocolo de avaliação pedagógica II

atende crianças com idade entre quatro anos a cinco anos e onze meses. E o protocolo de avaliação pedagógica III atende crianças ou adolescentes que estão em processo de alfabetização ou alfabetizadas.

O setor de pedagogia além de prestar o atendimento clínico no centro de reabilitação, orienta os pais sobre a importância da inserção da criança com deficiência na escola e oferece o serviço de assessoria escolar. As assessorias têm como finalidade esclarecer dúvidas a respeito de leis que regem a obrigatoriedade dessas crianças e adolescentes na escola, nortear a equipe quanto às estratégias pedagógicas a serem adotadas, utilizando recursos e adaptações específicas como o uso de tecnologia assistiva e fornecer cursos de formação continuada para os profissionais da educação e áreas afins.

A equipe multidisciplinar da instituição acompanha o setor de pedagogia nas escolas para orientar questões relacionadas à reabilitação e educação do paciente. Cada setor é responsável por esclarecer dúvidas e dar sugestões acerca da patologia, posicionamento, mobiliário adaptado, alimentação, comunicação, aspectos emocionais e sociais, currículo e materiais adaptados, quando se fizerem necessários, visando facilitar o desempenho funcional dos alunos nas tarefas exigidas pela escola.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Hoje, lutar pela permanência do aluno na escola regular com educação de qualidade tornou-se primordial. A criação de metas, ações e o uso de recursos de tecnologia assistiva fazem com que o aluno com deficiência receba as oportunidades necessárias para que de fato aprenda nas suas singularidades.

A educação inclusiva é aquela que propõe uma escola de qualidade para todos, aberta a diversidade humana. É importante refletir sobre o ensinar, o aprender, assim como propor diferentes intervenções que levam o aluno a atingir a aprendizagem. Ao inseri-lo na escola é necessário um olhar abrangente das competências que ele traz, pois ter o olhar puro da deficiência faz com que o profissional crie estigmas e não consiga desenvolver um trabalho relacionado às especificidades desse aluno.

O paradigma da inclusão remete pensar questões de acesso e qualidade na

educação. Sendo assim, é esperado que esse relato de experiência, seja capaz de mostrar aos profissionais que estão envolvidos com a inclusão escolar que o trabalho em rede é um meio de alcançar a inclusão com qualidade para esses alunos, tendo como colaboradores profissionais da saúde, que auxiliam nas assessorias, onde são tomadas decisões sobre estratégias e adaptações necessárias para promover o desenvolvimento das potencialidades em relação ao aprendizado e minimizar as dificuldades dos alunos que frequentam a escola regular, de acordo com as características de cada um.

É importante ressaltar que não existem receitas prontas para atender a cada necessidade educacional de alunos com deficiência. Portanto, espera-se que a equipe pedagógica aprimore suas práticas a fim de atender às diferenças. Assim, o aluno com deficiência encontrará um ambiente adequado, sem discriminações e que proporcione a aprendizagem.

## REFERÊNCIAS

- BASIL, Carmen. Os alunos com paralisia cerebral e outras alterações motoras. In: COLL Cesar, MARCHESI Álvaro, PALACIOS Jesus et al. **Desenvolvimento psicológico e educação. Transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. 3. 2. ed. Trad. Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2004. (cap. 11; p. 215-233).
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes para a educação especial na educação básica** / Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015.
- CARVALHO, Rosita Edler. Adaptações curriculares: uma necessidade. In: **Salto para o futuro: Educação Especial: tendências atuais** / Secretaria de Educação à distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.
- DINIZ, Débora; BARBOSA, Lívia; SANTOS, Wederson Rufino dos. **Deficiência, direitos humanos e justiça**. Revista Internacional de Direitos Humanos (SUR). Dez. 2009; 6(11): 65-77.
- FACIÓ, José Raimundo (org.). **Inclusão escolar e suas implicações**. 2. ed. rev. e atual. Curitiba: Ibpex, 2008.
- GODOI, Ana Maria de. SILVA, Lucimara Aparecida da. FROSCHE, Maria Lodovina Gonzales. MIOSSO, Sônia Maria Pinc. Inclusões – escolar. In: FERNANDES, Antonio Carlos. RAMOS, Alice Conceição Rosa. CASALIS, Maria Eugênia Pebe. HEBERT, Sizinio Kanan. **AACD – Medicina e Reabilitação, princípios e prática**. Cap. 47. São Paulo: Artes Médicas, 2007.

LAPLANE, Adriana Lia Frizzman de. **Uma análise das condições para a implementação de políticas de educação inclusiva no Brasil e na Inglaterra.** Educ. Soc. [online]. 2006; 27(96):689-715. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302006000300004>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

RAMOS, Rossana. **Estratégias eficazes para a educação inclusiva.** São Paulo: Summus, 2010.

REIS, Juliane Cristine Koerber. **Expectativas de uma equipe de reabilitação infantil quanto ao papel do psicólogo.** 2003. 188f. Dissertação (Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2003.

SANTOS, Lina Silva Borges. SAURON, Françoise Nicole. RIZO, Léa Regina. HASUI Mariane. Terapia Ocupacional. In: FERNANDES, Antonio Carlos. RAMOS, Alice Conceição Rosa. CASALIS, Maria Eugênia Pebe. HEBERT, Sizinio Kanan. **AACD – Medicina e Reabilitação, princípios e prática.** Cap. 39. São Paulo: Artes Médicas, 2007.

TURATO, Egberto Ribeiro. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa.** Petrópolis: Vozes Ltda, 2003. Cap. 4: Seguindo um fio condutor para a concepção de projetos nas pesquisas qualitativas com o ser humano.